

O desafio das endemias

GUALBERTO TEIXEIRA

Vivemos um processo em que os municípios adquirem um papel mais importante nas decisões e passam a influir mais diretamente nos processos políticos. Por outro lado, o momento histórico mostra a agudização das crises sociais. Isto, fruto de longo processo de recessão, que se arrasta por mais de uma década, trazendo consigo o esgarçamento do tecido social e, conseqüentemente, a deterioração acelerada da qualidade de vida das populações, acarretando diretamente danos graves à sua saúde.

É dentro desse quadro que assistimos, no setor saúde, à falência de instituições que durante anos prestaram serviços às populações (vide a experiência, no Rio, do Hospital dos Servidores), assim como de programas verticais, que um dia pensaram poder erradicar ou controlar agravos como a malária, tuberculose e outros. É interessante observar que, ao mesmo tempo em que tais endemias se agravam — com aumento significativo de número de casos e de sua velocidade de propagação — é também neste momento agilizada a municipalização dos serviços de saúde — que em parte já se completou. Em sua pauta, consta não só a administração de serviços hospitalares e ambulatoriais, como também a gerência dos programas de controle das grandes endemias.

Após a unificação das antigas ins-

tuições que cuidam dessa área (Sucam e Fundação Serviços Especiais de Saúde Pública), a Fundação Nacional de Saúde assume, em 1990, o combate ao dengue, febre amarela, a malária e outras. Outros problemas, tais como tuberculose e hanseníase, são de responsabilidade das secretarias estaduais. Desta forma, a municipalização coloca em aberto uma questão crucial: como vai se dar o controle dessas endemias a nível municipal? Nos últimos 50 anos esta não tem sido uma área à qual os municípios têm se dedicado. Por não ser uma atribuição sua, não têm recursos humanos capacitados e, muito menos, um conhecimento acumulado para desenvolver essas atividades.

Os profissionais que conhecem mais profundamente as técnicas de diagnóstico para intervenção nestas situações, para onde irão? E seus arquivos, contendo dados históricos, indispensáveis para a manutenção do controle e prevenção das doenças, para onde vão? É necessário que a dinâmica própria já imprimida a esse trabalho seja, no mínimo, mantida, quando não, melhorada. Pois, o que ocorre nesse momento? As doenças prosseguem, é claro, em sua dinâmica de progressão natural. E os trabalhos de prevenção e controle correm o risco de serem paralisados, na medida em que as instituições e forças políticas, que desencadearam este processo de municipalização, ainda não colocaram à mesa propostas ágeis de adaptação desses grupos e organismos à nova realidade. O quadro de indefinições que hoje vi-

vemos pode levar a graves conseqüências e danos irreparáveis à saúde da população.

Imagine-se uma cidade de médio porte, com cerca de 300 mil habitantes, onde fosse detectado um surto de dengue hemorrágico (quando muitos casos são fatais)? Nesse quadro de quase indefinição em que se encontram especialistas e seus meios de trabalho, o que poderia ocorrer? A detecção precoce de casos da doença (através da rede básica de saúde local), e um eficiente sistema de vigilância epidemiológica, que proporcione um atendimento ágil aos doentes poderia ter impacto no curso da epidemia, amenizando suas conseqüências. Esse é o papel que se espera de um sistema de saúde capaz de prestar eficientes serviços à população. Poderiam perguntar: mas onde está montada esta estrutura que funciona de maneira exemplar, conforme descrevi? Pois bem, não sei. Será que existe de fato ou apenas na nossa imaginação? Talvez seja este o momento de se retomar discussões importantes, tais como a qualidade e eficiência do trabalho dessas áreas no interior das instituições de saúde pública. Já que uma nova estrutura — a municipal — está se transformando para receber não só recursos financeiros, mas também novas atribuições, então é esse, sem dúvida, o momento certo para repensar soluções e apontar caminhos.

Gualberto Teixeira é diretor do Departamento de Doenças de Transmissão Indireta da Secretaria de Saúde do Estado do Rio.